

A light green world map is centered in the background of the page. The text is overlaid on this map.

RECOMENDAÇÕES
PARA A
COP 26

**COALIZÃO
BRASIL**

.....
C L I M A
FLORESTAS E
AGRICULTURA

RECOMENDAÇÕES DA COALIZÃO

PARA A DELEGAÇÃO BRASILEIRA NA COP 26

Realizada de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 em Glasgow, na Escócia, a 26ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 26) discutirá temas pendentes e urgentes da agenda climática mundial, como a regulação dos mercados de carbono, a ajuda financeira para projetos de adaptação e mitigação das nações em desenvolvimento e o compromisso dos países signatários do Acordo de Paris tanto de zerar suas emissões até 2050, quanto de ampliar suas metas a partir de 2030.

Maior exportador mundial de carne bovina, segundo de grãos e quarto principal produtor de alimentos, o Brasil é também o quinto maior emissor mundial de gases de efeito estufa. Do total de emissões brasileiras, 28% são lançadas na atmosfera pela agropecuária, e outros 44%, pelas mudanças de uso da terra, em especial por desmatamento.

“Como potência ambiental e agrícola, o Brasil tem um importante papel no combate às mudanças do clima e uma enorme oportunidade de se beneficiar do aumento de fluxos financeiros que deverão ser gerados”, declarou o presidente da COP 26, Alok Sharma, referindo-se aos ganhos que o país pode ter na redução do desmatamento, na comercialização de créditos de mitigação, no desenvolvimento da agropecuária de baixo carbono e nos projetos de valorização dos ecossistemas.

Neste sumário estão os principais temas do relatório elaborado pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura para apoiar a delegação brasileira na defesa de propostas alinhadas ao Acordo de Paris, à economia de baixo carbono e à justiça climática global.

AS RECOMENDAÇÕES TÊM UM OU AMBOS OS OBJETIVOS A SEGUIR, CONFORME A INDICAÇÃO:

1) Apoiar a delegação brasileira na formulação das posições a serem defendidas na COP 26 (indicadas como “Recomendações para a comunidade internacional”);

2) Sugerir soluções para deficiências nacionais, para que o Brasil dê uma contribuição concreta em direção às metas propostas (indicadas como “Recomendações para o governo brasileiro”)

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura é um movimento multisetorial composto por mais de 300 organizações, entre entidades do agronegócio, empresas e associações empresariais, organizações da sociedade civil, setor financeiro e academia, que une diferentes vozes em prol da liderança do Brasil em uma nova economia de baixo carbono, competitiva, responsável e inclusiva. Para outras informações, acesse www.coalizoabr.com.br



1. AMBIÇÃO CLIMÁTICA

1.1. Ampliar a ambição das metas nacionais para 2025, 2030 e 2050, e apresentar políticas e planos claros e contundentes de como o Brasil deve cumprir sua NDC, com alocação de recursos para esta finalidade

RECOMENDAÇÕES PARA O GOVERNO BRASILEIRO

- A NDC brasileira apresentada em 2020 precisa detalhar as ações e políticas a serem implementadas para o alcance das metas climáticas, em processo que precisa ter continuidade logo após a conclusão da COP 26, com ampla participação do setor privado e da sociedade civil.

- Entre os projetos estratégicos estão a contenção da perda de vegetação nativa e a alocação de orçamento público

1.2. Promover a manutenção da cobertura vegetal nativa brasileira nos diferentes biomas e incentivar a restauração de áreas classificadas como prioritárias para conservação da biodiversidade, segurança hídrica, mitigação climática, segurança alimentar e promoção da bioeconomia

RECOMENDAÇÕES PARA O GOVERNO BRASILEIRO

- Urge adotar ações para a queda rápida e permanente do desmatamento, tais como:

1. Intensificar a fiscalização e punir ilícitos exemplarmente;
2. Completar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e suspender os registros em florestas públicas;
3. Destinar 10 milhões de hectares à proteção e uso sustentável;
4. Conceder financiamentos sob critérios socioambientais rigorosos;
5. Buscar transparência e rigor nas autorizações de supressão da vegetação; e
6. Suspender os processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento após julho de 2008.

- A redução de emissões de desmatamento e degradação florestal deve considerar causas sociais e econômicas, e, portanto, vir acompanhada de incentivos financeiros.

1.3. O Brasil deve definir planos de ação e políticas estratégicas para promover uma transição rumo a uma economia baseada em neutralidade de emissões ou emissões negativas (remoções maiores que emissões)

RECOMENDAÇÃO PARA O GOVERNO BRASILEIRO

- Apresentar plano de descarbonização da economia, visando o acréscimo de R\$ 2,8 trilhões no PIB e a geração de 2 milhões de empregos até 2030.



2. REGULAÇÃO DOS MERCADOS DE CARBONO

2.1. A conclusão do Manual de Regras para aprovação do Artigo 6º do Acordo de Paris deve ser uma prioridade da Conferência a ser buscada pela delegação brasileira

RECOMENDAÇÕES PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL

- Os países devem adotar políticas públicas e soluções adicionais aos mercados de carbono, que levem à descarbonização de suas economias.
- Os programas nacionais de redução de emissões deverão contar com sistemas de monitoramento, relato e verificação, evitando a dupla contabilidade de créditos.
- A oferta e a demanda de reduções e remoções deverão estar em equilíbrio.
- O mercado de carbono regulado pelo Acordo de Paris deve incorporar a agropecuária e as florestas.

RECOMENDAÇÃO PARA O GOVERNO BRASILEIRO

- O Brasil deve instituir um marco regulatório sobre o seu mercado de redução de emissões, demonstrando compromisso político com a mitigação das mudanças climáticas e a implementação dos mercados de carbono



4. FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

4.1. O apoio internacional com financiamento de parte da descarbonização dos países em desenvolvimento precisa ser cumprido e ampliado

RECOMENDAÇÕES PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL

- Países devem estabelecer datas e prazos para o repasse de recursos para que as nações em desenvolvimento, desenvolvam políticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.
- Governos podem explorar outras formas de financiamento, como o mercado voluntário de carbono, e criar programas de redirecionamento de subsídios para fontes de energia renováveis.



3. VALORIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS

3.1. Maximizar os investimentos em Soluções baseadas na Natureza (SbN), como a redução do desmatamento, agricultura de baixo carbono, restauração e silvicultura sustentável, especialmente com espécies nativas

RECOMENDAÇÃO PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL E PARA O GOVERNO BRASILEIRO

- Governos devem reorientar seus subsídios e políticas para as SbN e investidores privados precisam custear projetos dessa natureza.

3.2. Garantir mecanismos para proteger e remunerar todos que contribuem para a manutenção e recuperação de serviços ecossistêmicos, com destaque aos povos originários e às comunidades tradicionais, produtores e assentamentos rurais

RECOMENDAÇÕES PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL E PARA O GOVERNO BRASILEIRO

- Países devem garantir mecanismos de compensação àqueles que contribuem para a recuperação dos serviços ecossistêmicos.
- Brasil precisa criar uma Política Nacional de Bioeconomia



5. JUSTIÇA CLIMÁTICA

5.1. Financiar a adaptação das comunidades mais vulneráveis dos países em desenvolvimento à mudança do clima, incluindo povos originários e comunidades tradicionais, e promover os meios de efetiva participação dessas populações nos debates e decisões

RECOMENDAÇÕES PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL

- Garantir recursos e tecnologias para a transição das nações em desenvolvimento rumo a uma economia de baixo carbono.
- Reconhecer a vinculação entre programas climáticos e sociais, garantindo atendimento das populações mais vulneráveis, além de sua efetiva participação no debate sobre a agenda climática global.



**COALIZÃO
BRASIL**

.....
C L I M A
F L O R E S T A S E
A G R I C U L T U R A